

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA**Nota Cetad/Coest nº 131, de 12 de agosto de 2022.****Interessado:** Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**Assunto:** Estimativa de Impacto do REsp 1.808.639/SP e do AREsp 1.982.495/RS – Legalidade da dedução de ágio fiscal (amortização do "ágio interno" por meio de empresa veículo) mediante planejamento tributário abusivo.*Processo SEI: 10951.100315/2022-84*

SUMÁRIO EXECUTIVO

A presente Nota Técnica tem por objetivo responder ao Ofício SEI nº 13478/2022/ME, de 18 de janeiro de 2022, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, endereçado ao Sr. Secretário-Especial da Receita Federal do Brasil (Processo SEI nº 10951.100315/2022-84 e e-Processo nº 10265.043911/2022-98), no qual se solicita estimativa de impacto econômico-financeiro decorrente de eventual decisão contrária à União no REsp 1.808.639/SP e no AREsp 1.982.495/RS.

ANÁLISE

2. Nesses REsp e AREsp, questiona-se a legalidade da dedução, no lucro real, de ágio fiscal (amortização do *ágio interno* por meio de *empresa veículo*) mediante planejamento tributário abusivo, em tese, conforme entendimento dos arts. 7º e 8º da Lei nº 9.532/97 e art. 116, parágrafo único, da Lei nº 5.172/66 (CTN).

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

3. Ocorre, entretanto, que a matéria questionada não trataria diretamente de tributação em si (incidências, fatos geradores, bases de cálculo, alíquotas, renúncias fiscais, e matérias correlatas), mas, sim, de aspectos relativos à fiscalização, lançamento e comprovação de irregularidades tributárias em processo administrativo fiscal.

4. Assim, considerando-se que a legalidade da dedução sob litígio no REsp e no AREsp em tela constituiria apenas tema afeto ao combate à elisão fiscal e ao planejamento tributário abusivo, mas não trataria propriamente de valoração concreta de tributação, não teríamos, no âmbito do Cetad, metodologia apropriada nem informações suficientes para estimar o possível impacto na arrecadação federal de eventual declaração de sua legalidade pelo STJ.

5. Dessa forma, tendo-se em conta as atribuições regimentais deste Centro de Estudos pertinentes ao caso, voltadas para aferição de impactos econômico-financeiros decorrentes de propostas de alterações da legislação tributária federal e de decisões judiciais que alterem o respectivo *quantum* tributário, resta prejudicado o cálculo da estimativa solicitada, posto que eventual efetividade ou não efetividade de normas antielisivas não apresentariam, em tese, elementos suficientes para estimação dos seus possíveis impactos diretos na arrecadação tributária.

CONCLUSÃO

6. Concluindo, em razão do exposto, propõe-se o encaminhamento desta solicitação à Subsecretaria de Tributação e Contencioso (Sutri) e à Subsecretaria de Fiscalização (Sufis), para análise complementar e manifestação, se julgarem necessário.

São essas as informações e considerações pertinentes submetidas à apreciação superior.

Assinado digitalmente
ANDRÉ LUIZ BARBOSA
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

De acordo. Encaminhe-se ao Chefe do Cetad.

Assinado digitalmente
ROBERTO NAME RIBEIRO
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Coordenador da Coest

Aprovo a Nota. Encaminhe-se, conforme proposto, à Subsecretaria de Tributação e Contencioso (Sutri) e à Subsecretaria de Fiscalização (Sufis), para análise complementar e manifestação, se julgarem necessário.

Assinado digitalmente
CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Chefe do Cetad



Ministério da Economia

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Economia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 15/08/2022 08:35:20 por Claudemir Rodrigues Malaquias.

Documento assinado digitalmente em 15/08/2022 08:35:20 por CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS, Documento assinado digitalmente em 12/08/2022 14:47:22 por ROBERTO NAME RIBEIRO, Documento assinado digitalmente em 12/08/2022 14:27:03 por ANDRE LUIZ BARBOSA e Documento assinado digitalmente em 12/08/2022 14:27:03 por ANDRE LUIZ BARBOSA.

Esta cópia / impressão foi realizada por CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS em 15/08/2022.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP15.0822.08357.TT7K

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
F099C7162EE00EC82794C5447A42D9780121D158AB459AD356A8071DADEAAB5D